



INFORSTRUP

BOLETIM DO TRABALHADOR RODOVIÁRIO

Boletim Informativo nº 1/2017

Jan/Fev/Mar 2017

Contratação Colectiva

Ponto de situação

BARRAQUEIRO TRANSPORTES; empresa foge à discussão sobre uniformização de condições colectivas de trabalho que devem incluir um mecanismo de atualização salarial dos trabalhadores não abrangidos pelo CCTV ANTROP. Reunião no Ministério de Trabalho dia 29 de Março;

SCOTTURB SCOTTURB. Processo de negociações em curso, a empresa mantém o bloqueio à negociação de propostas que valorizem as condições de vida e trabalho dos trabalhadores;

carris CARRIS; processo está bloqueado pela posição unilateral da empresa, que até ao final de dez/2016 se comprometeu a apresentar uma contra-proposta e a marcar uma reunião com todas as O.R.T.'s (apesar do processo estar a decorrer em mesas separadas). Até à presente data ainda não cumpriu, nem respondeu às solicitações de desbloqueamento feitas pela FEC-TRANS, pelo que solicitámos já a passagem do processo a fase da conciliação.

carris CARRISBUS; empresa comprometeu-se em janeiro passado a iniciar o processo negocial, dizendo que já tinha orientações da tutela para apresentar a sua contra-proposta. Não cumpriu até hoje. Trabalhadores desencadearam um processo de luta, com a forma de greves parciais, para já em desenvolvimento até 31 de março. Junto da CML já exigiram um posicionamento no sentido do desbloqueamento do processo negocial, que tem por objetivo, a integração plena na Carris e a aplicação do AE desta aos trabalhadores da CarrisBus.

EDITORIAL

A alteração da correlação de forças operada pela dura e prolongada luta dos trabalhadores, que em Outubro de 2015 contribuiu de forma decisiva, para afastar do governo o projeto política da direita de roubos continuados sobre os direitos e rendimentos dos trabalhadores, até hoje já produziu algumas alterações e reversões positivas para os trabalhadores. Está a chegar a um estado de impasse quanto à recuperação de direitos, de salários e outras componentes de natureza pecuniária que começam a demonstrar os limites deste governo e o seu grau de comprometimento, de que se devia afastar mas não o faz, dos interesses dos grandes grupos económicos que dominam (também) no setor rodoviário quer de passageiros quer de mercadorias, assim como nos restantes subsectores.

De facto é hora quer de recuperar salários roubados, assim como de atingir o seu aumento real.

O aumento do salário mínimo nacional, ainda insuficiente, não pode significar a absorção deste em relação aos salários médios. Os profissionais do setor dos transportes rodoviários e urbanos, quer do setor público, quer do privado, sejam dos passageiros ou das mercadorias, do ensino automóvel, dos centros de inspeção, táxis ou outros, não podem permitir que cada vez mais os seus salários se situem ao nível do salário mínimo nacional.

Para isto e como sempre, não bastará a firmeza dos dirigentes sindicais, embora seja com ela que os trabalhadores contarão como sempre, assim como a do seu Sindicato, o STRUP, para a organização da luta e do seu envolvimento nela, que esse sim será o factor determinante para conquistar quer a reposição dos salários, quer o seu aumento real e a melhoria da contratação coletiva existente e a sua conquista, onde ainda não existe



Comemoração do 1º de Maio

1º DE MAIO
DIA DO TRABALHADOR

Neste Boletim

- Editorial
- Contratação colectiva
- Contencioso
- Agenda sindical
- Destaque nacional



SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 10/2016

Proc. 1607/14.4TTLSB.L1.S1

Revista

4.ª Secção

Acordam na Secção Social do Supremo Tribunal de Justiça (1)

1 — Relatório

PATINTER — Portuguesa de Automóveis Transportadores, SA, intentou no Tribunal do Trabalho de Lisboa, ao abrigo do disposto nos arts. 183.º e seguintes do Código de Processo do Trabalho, a presente ação declarativa de interpretação de cláusulas de convenções coletivas de trabalho, com processo especial, contra **ANTRAM — Associação Nacional de Transportadores Públicos Rodoviários de Mercadorias e FECTRANS — Federação dos Sindicatos de Transportes e Comunicações**, pedindo que a cláusula 74.ª, n.º 7 do contrato coletivo de trabalho vertical do sector dos transportes rodoviários de mercadorias, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 9, de 08/03/1980, com as sucessivas alterações, seja interpretada no sentido de que as alterações ao Código do Trabalho, aprovadas pela Lei n.º 23/2012, de 25 de Junho, que suspendeu a aplicação da cláusula 40.ª do mesmo CCTV, deverão repercutir -se no valor mensal atribuído à retribuição especial da cláusula em questão durante o período de suspensão daquela cláusula 40.ª, determinando a sua redução em função da redução do valor atribuído ao trabalho suplementar tal como previsto na lei geral.

Ora, perante a conclusão a que atrás chegámos, de que a retribuição prevista na Cláusula 74.ª, n.º 7, é uma retribuição especial e não o pagamento de trabalho suplementar, cai por terra a tese da inconstitucionalidade trazida pela recorrente. Não há que estabelecer qualquer tipo de comparação e muito menos de igualação entre o pagamento que é feito por trabalho suplementar em função das horas trabalhadas aos trabalhadores de uma empresa que não estejam afetos aos transportes internacionais (e a quem, por isso, assiste o direito ao pagamento do trabalho suplementar e do trabalho noturno efetivamente prestado), e o pagamento da aludida retribuição especial a que os trabalhadores dos transportes internacionais têm direito, mas aos quais não assiste o direito ao pagamento do trabalho suplementar e do trabalho noturno. Tratando -se de situações desiguais, é óbvio que têm de ser tratadas de forma desigual, assim dando corpo ao princípio constitucional da igualdade insito no artigo 13.º da CRP.

Não está, por isso, ferida de inconstitucionalidade a Cláusula em causa na interpretação feita pela Relação e confirmada no presente aresto. Termos em que, as revistas são negadas.

4 — Decisão

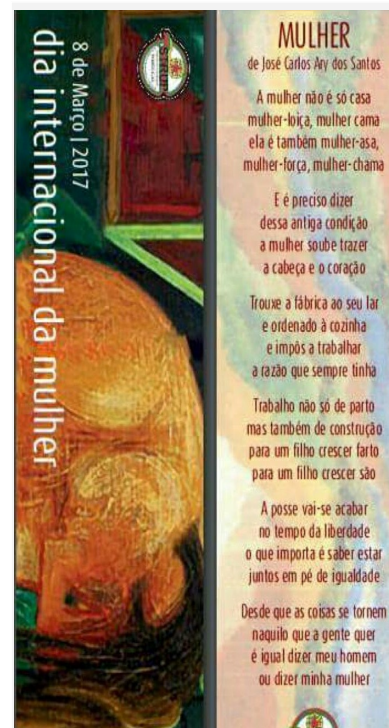
Pelo exposto delibera -se:

1 — Negar as revistas e confirmar o acórdão recorrido.

2 — Fixar o sentido e alcance da norma em causa nos seguintes termos:

«As alterações introduzidas pela Lei n.º 23/2012 de 25 de Junho ao Código do Trabalho, que determinaram a redução do valor do trabalho suplementar e suspenderam pelo período de 2 anos a vigência da cláusula 40.ª do CCTV do setor dos transportes rodoviários de mercadorias, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 9 de 8/03/1980, com as sucessivas alterações, não se repercutem no valor mensal atribuído à retribuição prevista na Cláusula 74.ª n.º 7 do mesmo CCTV, não determinando a sua redução em função do valor atribuído ao trabalho suplementar».

Condenar as recorrentes nas custas das revistas.



Dia Internacional da Mulher

CONHEÇA O STRUP

Se trabalhas no sector dos transportes rodoviários e urbanos, visita o site do STRUP em www.strup.pt.

Trata-se da maior organização sindical neste sector de atividade que presta apoio aos trabalhadores seus associados em diversas áreas:

**LUTAR SEMPRE
VENCER TALVEZ
DESISTIR NUNCA**

Contactos Uteis:

Secretaria: 916 745 017
Contencioso: 916 732 414
Tesouraria: 916 732 414
Coorden. Geral: 916 746 320
Organização: 916 732 775

strup@strup.pt



S.T.R.U.P



◆ FOI AGENDA

- Acção de contactos no Sector das Mercadorias em Vila Nova da Rainha, Azambuja, Carregado e Aveiras;
- Reunião de retoma de negociação CCTV Sector de Mercadorias na ANTRAM;
- Reunião ANTP na DGERT por ausência de reposta desta Associação Patronal do Sector das Mercadorias;
- Ensino de Condução Automóvel Publicação do CCTV APEC-FECTRANS no BTE nº 9 de 8 de Março;
- Envio para depósito e publicação do CCTV ANIECA-FECTRANS no Ministério de Trabalho;
- Distribuição e Contactos na Comemoração do "Dia Internacional da Mulher;" dia 08 de Março;
- Plenários na RodoCargo com vista a discutir com os trabalhadores a forma habilidosa da empresa do Grupo Barraqueiro, ao confrontá-los com uma declaração de perdão de montantes de dezenas de milhares de Euros. A cada trabalhador **Contrariando as decisões colectivas, e a expressão do Sindicato** à excepção de 1 trabalhador, **os mais de 30 trabalhadores assinaram este PERDÃO** de Dívida à empresa;

⇒ Em agenda

- Plenário de trabalhadores e reunião com os representantes da Eva Transportes, dia 28 de Abril;
- Reunião Comissão Paritária ANTROP, 03 de Abril;
- Comemorações dos dias **25 de Abril e 1º de Maio**;

DESTAQUE NACIONAL

MERCADORIAS



Exigimos

"ACABAR COM A ESCRAVIDÃO MODERNA NO TRANSPORTE RODOVIÁRIO NA EUROPA", o aumento dos salários não pode ser contornados por meras declarações das empresas, tem que ser uma realidade!



TRABALHADORES DA ANIECA E DAS ESCOLAS DE CONDUÇÃO FILIADAS NA ANIECA

Encontra-se em fase final e foi enviado para publicação no Boletim de Trabalho e Emprego o Acordo entre a FECTRANS e esta entidade.

Este acordo reflete o trabalho efetuado pelo STRUP junto deste grupo profissional sendo de salientar que para a categoria profissional mais representativa do setor – Instrutores de Condução – foi obtido um aumento salarial de 4,28%, cerca de 30,00 €, assim como existiram melhorias salariais em outras matérias de expressão pecuniária. Foi estabelecida uma vigência de 5 anos para este acordo, com atualização salarial anual.

O STRUP considera que este setor tem sido alvo de ataque de empresários sem escrúpulos que apenas tem em linha de conta o seu lucro, não dignificando os trabalhadores nem os instruendos.

O STRUP continuará a luta juntamente com estes trabalhadores no sentido de fazer prevalecer a elevação destes profissionais, assim como na defesa de um setor que é fundamental para a regulamentação e prevenção rodoviária.



dreamstime.com

DESTAQUE Distrital

Vale a pena lutar...

METROPOLITANO DE LISBOA E.P.E.

No Metropolitano de Lisboa, foi assinado e publicado o Acordo de Empresa, após vários anos de intensa e forte luta dos Trabalhadores contra a entrega da empresa pública a um grupo de interesses privados, cujo principal objetivo seria a maximização do lucro. Em todo este processo a empresa foi alvo de um desinvestimento brutal tanto ao nível de recursos humanos, como de material circulante e infraestruturas.

Hoje o quadro político é diferente, mas isso ainda não reverteu a situação provocada e o Metropolitano de Lisboa continua assim a oferecer Serviço Público de Transporte – fundamental para a mobilidade na cidade – muito deficitário.

Os Trabalhadores do Metropolitano de Lisboa, apresentaram ao novo Conselho de Administração várias alternativas, que evitavam a redução do transporte na Amadora, mas essas não foram consideradas.

O STRUP na linha da frente na defesa destes trabalhadores e dos utentes, promoveu ações de denúncia junto da população e de várias entidades, nomeadamente: - Primeiro Ministro; Grupos Parlamentares e Comunicação Social.

Os trabalhadores e o seu sindicato – STRUP – não pactuam com a inoperância da tutela e da administração pelo que realizarão vários debates/plenários para tomar decisões sobre as medidas a tomar em defesa da Empresa Pública e da mobilidade das populações na Área Metropolitana da Grande Lisboa.



CARRISTUR; trabalhadores continuam a ser roubados, quanto à aplicação integral do CCTV para o transporte privado de passageiros. Empresa, em resultado da aplicação do OE 2017, comprometeu-se em julho em pagar metade da diferença salarial e em janeiro de 2018 repor os restantes 50%. No entanto prepara-se para “esquecer” os valores que estão em dívida, de fevereiro de 2016 até ao presente.



METROPOLITANO DE LISBOA; foi assinado e publicado o Acordo de Empresa, após vários anos de intensa e forte luta dos Trabalhadores contra a entrega da empresa pública a um grupo de interesses privados, cujo principal objetivo seria a maximização do lucro



EVA TRANSPORTES; Após 4 reuniões, a administração desta empresa mantém a pretensão da caducidade do AE em vigor. Da troca de propostas em discussão faremos o ponto de situação com os trabalhadores nos plenários de dia 28 de Abril em Faro e Portimão, data em que reuniremos pela 5ª vez com a empresa, no âmbito deste processo;



MERCADORIAS; Reunião dia 29 de Março; Após a interrupção do processo, e com nova Direcção eleita, a ANTRAM retoma a mesa de negociação no dia 28 de Março;



MERCADORIAS; enviada proposta de revisão para 2017, aguardamos resposta na DGERT do Ministério de Trabalho no dia 29 de Março;



PASSAGEIROS. Processo de revisão 2017 em curso;



Passageiros; Aguardamos apresentação da contraproposta conforme conclusão na última reunião;



ENSINO DE CONDUÇÃO; processo de negociação terminado com o depósito para publicação do CCTV 2017, aguardamos publicação em BTE (boletim de Trabalho e Emprego);



ENSINO DE CONDUÇÃO; processo de negociação terminado com a publicação do CCTV 2017 APEC– FECTRANS no BTE nº 9 de 08 de Março de 2017, que ficará disponível no site STRUP;



CENTROS DE INSPECÇÃO AUTOMÓVEL; Processo em curso, reunião dia 31 de Março;



Táxis—FPT; Processo em curso



Táxis—ANTRAL; Processo em curso

Destaque Regional

STRUP em Oliveira de Azeméis:

A Delegação Regional de Oliveira de Azeméis mantém as instalações está em processo de reestruturação no nosso sindicato.

Acompanhamento sindical e sob orientações do dirigente Hélder Borges os serviços do STRUP dão resposta em apoio aos associados do sector dos transportes **também a partir da Região Centro Norte Norte.**



Avenida César Pinho - 59, 1º - 3720-235 Oliveira de Azeméis

Funcionamento;

Horário de Expediente

Contencioso;

6as Feiras após marcação

Telf: 256 682 496

Fax: 256 673 551

Contacta-nos

- ♦ **Segue-nos no FACEBOOK em S.T.R.U.P**
- ♦ **Consulta, regista-te e sindicaliza-te em www.STRUP.pt**
- ♦ **Comunica connosco através de strup@strup.pt**
- ♦ **Ou liga-nos através do telefone 214 099 062**